

# Constituição, marco no desenvolvimento do Brasil

23 SET 1988  
do Financial Times

Depois de quase dois anos de debate ruidoso, a Assembleia Nacional Constituinte do Brasil finalmente redigiu e aprovou uma nova Constituição, que será promulgada no começo do próximo mês.

O documento é excessivamente ambicioso, estabelecendo normas, frequentemente muito detalhadas, para cada aspecto da sociedade brasileira. Como consequência, é uma das mais longas constituições na história moderna, totalizando 245 artigos. O mero tamanho da Constituição proporciona algo para agradar e, provavelmente, irritar a todos. Além disso, algumas disposições são manifestamente tão pouco práticas que correm o risco de ser totalmente ignoradas ou rapidamente modificadas.

Apesar desses tropeços, a Constituição é um marco no desenvolvimento do Brasil moderno. Fornece a estrutura para uma socie-

dade verdadeiramente democrática e acaba com o desagradável vácuo constitucional que caracterizou a transição do regime militar.

O presidente Sarney ficou na posição muito incômodo de líder de transição não eleito que governou principalmente por decreto, como seus antecessores militares. Isto minou sua legitimidade, enquanto as inconvenientes disputas sobre a duração do seu mandato distraíram o debate constitucional.

A Assembleia Nacional Constituinte nunca questionou seriamente uma alternativa ao forte sistema presidencial de governo, que foi adotado em todo o continente. Entretanto, o presidente, que tem mandato de cinco anos, agora passará a ter de prestar contas e, em alguns casos, a ser subordinado ao Congresso. O Legislativo, composto da Câmara dos Deputados e do Senado, pode, entre outras coisas, sancionar o presidente, alterar o orça-

mento nacional e decidir sobre tratados internacionais. O texto é suficientemente ambíguo para permitir que um Congresso forte se afirme contra a Presidência, ou vice-versa.

A mesma ambigüidade se aplica ao papel definido para os militares, com o próprio incentivo destes, como avalistas da ordem constitucional. Embora a disposição não se destine a servir de licença para intervir, os militares podem reivindicar um papel de vigilantes. Este presente às Forças Armadas é compensado pelo entusiasmo endosso às idéias liberais pela Constituição.

Os políticos brasileiros aprovaram um documento que é tanto uma declaração de identidade nacional quanto uma Carta de Direitos.

O ideal democrático incorporado no texto pode parecer utópico demais, mas isto é um antídoto necessário para o perigo sempre presente de regime militar. O utopismo também reflete

as aspirações de uma enorme sociedade multiétnica ansiosa por coexistir harmoniosamente, apesar das agudas divisões de riquezas e de oportunidades.

As disposições liberais incluem a abolição da censura, o voto para os maiores de 16 anos, licença-maternidade de 120 dias e a introdução do princípio de "habeas-data" — o direito do indivíduo ao acesso a dados pessoais nos arquivos oficiais. Entretanto, existem contradições neste liberalismo. Por exemplo, os trabalhadores obtiveram o direito à greve e têm assegurada a indenização no caso de demissão. Mas o "lobby" dos sindicatos não conseguiu reduzir a jornada semanal de trabalho para 40 horas legais e a reforma agrária, um dos temas sócio-econômicos mais controversos, foi deixada de lado.

A Constituição é menos impressionante quando aborda questões econômicas. As disposições são retrógradas, ignorando a

atual tendência latino-americana de maior participação das forças de mercado e de diminuição das restrições ao capital estrangeiro. A tônica é nacionalista e protecionista, a começar com o conceito de empresa "brasileira", cujo capital majoritário precisa ser de controle nacional. As empresas brasileiras podem ter acesso privilegiado a financiamentos, operar exclusivamente em setores-chave estratégicos e receber tratamento preferencial em contratos.

A propensão brasileira de conciliação sugere que quase certamente serão encontrados meios para superar essas barreiras. Todos parecem agir acreditando nesta suposição e no nível prático isto só pode ser elogiado. Mesmo assim, o fato de que aspectos da Constituição podem ser tão facilmente ignorados ou adaptados desvaloriza o documento em si. Este é o preço de uma constituição longa que vai além dos direitos e liberdades fundamentais.

GAZETA MERCANTIL